

RECENSÕES	249
CRÓNICA 2022	271
NORMAS EDITORIAIS	275

MALFADADOS LIVROS - A CONFISCADA BIBLIOTECA DE D. VICENTE NOGUEIRA (1633)

JOÃO CARLOS GONÇALVES SERAFIM
CITCEM - UNIVERSIDADE DO PORTO
DOI: <https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi29a1>
joaocarlosserafim@gmail.com

RESUMO: D. Vicente Nogueira, então cônego da Sé de Lisboa, em 1633, foi acusado de crimes de pedofilia e sodomia. Nessa circunstância, foi-lhe confiscada a sua biblioteca particular que, em 1634, foi levada para Madrid, para o Real Alcazar. No século XIX, foi encontrado, na Biblioteca Nacional de França, uma cópia do catálogo desta biblioteca. Neste estudo, falar-se-á deste espólio que, pela quantidade e pela seletividade dos livros, revela-se, à época, verdadeiramente monumental.

PALAVRAS-CHAVE: D. Vicente Nogueira; Bibliotecas; Bibliofilia; Livro antigo; Inquisição.

ABSTRACT: Dom Vicente Nogueira, then priest of Lisbon Cathedral, was accused, in 1633, of the crimes of paedophilia and sodomy. Under these circumstances, his private library was confiscated and, in 1634, taken to the Royal Alcázar of Madrid. In the 19th century, a copy of the catalogue of this confiscated library was found in the National Library of France. In this study, we speak about this collection which, by the quantity and selectivity of books, reveals itself to be, at that time, truly monumental.

KEYWORDS: Dom Vicente Nogueira; Libraries; Bibliophilia; Antique book; Inquisition.

O contexto

Embora sabendo da complexidade inerente ao conceito¹, podemos dizer que, em Portugal, no século XVII – e ao contrário do que acontecerá na centúria seguinte –, são poucas as bibliotecas particulares. E o trabalho dos estudiosos

¹ HUARTE MORTON, Fernando – *Las bibliotecas particulares españolas de la Edad Moderna*. «Revista de Archivos, bibliotecas y museos», 61: 2 (1955), pp. 555-576; INFANTES, Víctor – *Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas*. «Bulletin Hispanique», tome 99, n°1, 1997, pp. 281-292; INFANTES, Vitor – *La memoria de la biblioteca: el inventario*. In CÁTEDRA, Pedro; REDONDO, Augustin; VIDRIERO, M.ª Luísa López (Coord.) – *El escrito en el Siglo de Oro. Prácticas y representaciones*. Salamanca: Ediciones Universidad, Salamanca, 1998, pp. 163-170.

enfrenta, logo à partida, esta enorme limitação de – mesmo relativamente às maiores e mais afamadas – serem raríssimos os catálogos originais ou as cópias fidedignas²... Não existe, pelo menos até ao momento, catálogo da biblioteca do Marquês de Niza – que, em junho de 1649, já contava com 21260 volumes³ –, da de D. Fernando de Alvia, da de Clemente Félix, da de D. Pedro de Castilho, da de D. Rodrigo da Cunha, da de D. Pedro de Lencastre (1608-1673) – filho do duque de Aveiro, presidente do Desembargo do Paço (1651) e arcebispo de Évora –, da de Manuel Severim de Faria (1583-1655), nem da famosíssima de D. Luís de Sousa (1630-1702), arcebispo de Lisboa e Cardeal. É excepcional, neste contexto, o caso da biblioteca de Jorge Cardoso, falecido em 1669, «arquitecto» e autor dos três primeiros volumes de *Agiolégio Lusitano*, cujo inventário – com o título de *Bibliotheca Cardosiana* – chegou até nós através de uma cópia setecentista que se conserva na Biblioteca Nacional e que foi alvo de um estudo cuidado pela Doutora Maria de Lurdes Correia Fernandes⁴.

É de extrema importância, portanto, neste contexto, para a história da cultura portuguesa – também por ser um campo que possibilita múltiplas abordagens interdisciplinares... –, o conhecimento de outros catálogos e de outros espólios que motivem estudos comparativos, de onde se possam tirar dados mais consistentes sobre a vertente material do livro – as datas e o número de edições, os formatos, as encadernações, os preços... –, e sobre a natureza das bibliotecas – os aspetos formais dos catálogos, as áreas temáticas privilegiadas, os contextos, as razões e os critérios de aquisição, a maior ou menor circulação e práticas de leitura, nos diferentes grupos ou estratos sociais...

A infelicíssima biblioteca

Aquando do estudo que fizemos sobre a correspondência de D. Vicente Nogueira⁵, endereçada e recebida entre 1615 e 1654 – em que o assunto capital é, precisamente, a questão dos livros e das bibliotecas – houve um projeto que, naturalmente, se impôs. Recorde-se que D. Vasco Luís da Gama, o principal interlocutor nesse «diálogo epistolar», já 1º marquês de Niza (1646), na altura, e pela segunda vez, embaixador em Paris – desde o início de 1647 até abril de 1649⁶ – revelou vontade de constituir uma biblioteca em Lisboa. É um Fr. Manuel Pacheco – um frade Agostinho que vivia em Roma e que D. Vicente Nogueira terá sempre como amigo e confidente⁷ – que lhe vai aconselhar os serviços de D. Vicente, também naquela cidade, onde tinha chegado nos fins de 1635, ou inícios de 1636. Vicente Nogueira viverá em Roma até ao fim dos seus dias servindo, primeiro, o cardeal Giulio Sacchetti e, mais tarde, o cardeal Francesco Barberini. Isto mostra bem a reputação que tinha, como erudito, como bibliófilo... D. Vicente Nogueira, por muitas razões, é uma personagem importantíssima e ainda está por fazer o estudo que o mostre de uma forma cuidada.

Mas esta ida para a cidade eterna não foi voluntária. D. Vicente foi acusado de «práticas nefandas» de pedofilia e sodomia, que lhe valeram a instauração de dois processos inquisitoriais: o primeiro, em 1614; o segundo – longo e complexo – iniciado em novembro de 1630, quando recebe ordem de prisão, e ultimado em 8 de janeiro de 1633.

Na primavera de 1631 – para darmos uma breve nota do teor do processo... –, D. Vicente ainda alimentava a expectativa de tudo terminar com uma condenação pecuniária, até porque havia já solicitado, na inquisição, licença para ir para Roma. No entanto, no dia 17 de junho de 1631 – que era dia de Conselho –, recebe a notícia de que lhe fora decretada nova



O segundo processo de Nogueira (novembro de 1630 a 8 de janeiro de 1633)

² *Bibliografia da História do Livro em Portugal – séculos XV a XIX*, Coord. De Diogo Ramada Curto, B.N.L., Lisboa, 2003, pp. 77-85.

³ *Um Diálogo Epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)* – introdução e edição de João Carlos Gonçalves Serafim, CITCEM/FL.U.P., Fontes 3, Edições Afrontamento, Porto 2011, p. 254.

⁴ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – *A biblioteca de Jorge Cardoso (1669), autor do Agiolégio Lusitano – Cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno*. Porto: F.L.U.P., 2000.

⁵ *Um Diálogo Epistolar...*, ob. cit.

⁶ RAMOS-COELHO, José – *O primeiro Marquez de Niza*. «Arquivo Histórico Português», I. Lisboa, 1903, p. 8.

⁷ *Um Diálogo Epistolar...*, ob. cit., pp. 79; 242; 287.

ordem de prisão, porque, entretanto, havia sido libertado à condição. De facto – para além de, no dia 6 de junho de 1631, se recuperarem as confissões feitas em 1614 – tinham-se acumulado delações que clarificavam a pertinácia do comportamento do cónego, desde 1607 até poucos meses antes da sua prisão⁸. E o número de relacionamentos, o facto de serem, muitas vezes, simultâneos, a forma como os engendrava e as circunstâncias em que tinham ocorrido revelam um comportamento lascivo e, muitas vezes, indecoroso... Os testemunhos clarificam bem as «palavras brandas», os afagos, as moedas prometidas e as abordagens às vezes declaradas e insistentes, muitas delas no próprio cabido. Na gestão deste emaranhado de relações – o que ampliava o escândalo... –, tinha particular importância um criado seu, Francisco Correa Da Silva, cristão velho, solteiro, natural de Setúbal que – para além de se envolver com o próprio Vicente Nogueira – promovia os outros relacionamentos e os encontros escusos⁹...

Preso, portanto, pela segunda e última vez, no dia 17 de junho de 1631, enfrentará um longo e emaranhado processo: Terá de esperar mais de um ano para receber a «primeira amoestação» – em 12 de agosto de 1632 –, e a sentença será proferida no 8 de janeiro de 1633. Foram-lhe confiscados todos os bens, foi suspenso do exercício das suas ordens e condenado ao degredo perpétuo para a ilha do Príncipe¹⁰.

Mas nada lhe custou mais que o confisco da sua biblioteca particular, da sua enorme e seleta biblioteca. Será uma perda que lamentará toda a vida... Na carta, tão particular, que escreve para Galileu, por exemplo – estando em Bolonha, em 28 de outubro de 1638 –, fala dessa «infelicíssima biblioteca» que, pelo que sabia, tinha sido levada para o Real Alcazar de Madrid e estava na «galería del cierzo»¹¹, uma secção que se estendia a partir da torre noroeste do dito palácio¹²... E, nas muitas cartas para o Marquês de Niza, os lamentos sucedem-se... Numa outra, escrita, precisamente, dez anos depois, em outubro de 1648 – sinal dessa mágoa persistente – falando de uma remessa de livros que se extraviara, refere:

Nada me consolam as esperanças que V. S. me dá da sua livraria, porque sei que cousa é a inquisição de Granada. E porque sei que cousa é a cobiça de Filipe IV instilada-lhe (sic) do Conde Duque, e que, pola posta, lhe mandariam aviso da qualidade, capricho, e rareza dos livros, e que os mandaria levar a Madrid, a meter na galeria do cierco onde estão os malaventurados da confiscação passada¹³.

Nos cartapácios da inquisição – depois de muito labor... – encontramos provas de que, de facto, foi esse o destino da biblioteca confiscada. No *Livro de receita e despesa geral do tesoureiro João Batista de Cordes*, há uma nota relativa aos gastos de embalamento e envio da biblioteca, para Madrid, durante o ano de 1634:

Cento e noventa e seis mil seiscentos sincoenta e quatro reis que despendeo no custo que fizerão em se encaixar e levar os l.^{os} a Madrid, por ordem de S. M.^{de} que se tinham confiscados a Dom Viçente Nogueira, como parece por hum rol assinado pello dito thez.^{ro} que vay a L.^a com provisão por onde se lhe mandarão levarem conta e outras certidões¹⁴.

E nos arquivos em que se catalogam os expedientes de Francisco Rioja – bibliotecário real, que tinha o conde de Olivares como seu valido e que, em 1637, elaborou o catálogo da biblioteca de Filipe IV¹⁵ – há um assento, de 7 de setembro de 1634, a partir da qual se pode inferir que a biblioteca foi valorizada por uma significativa quantidade de livros procedentes de Portugal, por intermédio – a expressão que se usa é «que corriam por mano» – de Diogo Soares, então secretário do Conselho de Portugal. A ordem real que determinava essa compra teria sido feita no dia vinte e nove de agosto de 1634 e, para essas custas, Francisco Rioja teria recebido – com o intuito de efetuar o pagamento ao dito Diogo Soares – a quantia de «seiscentos ducados de a onze reales en vellón que valen docientas y viente y quatro mil y quatrocientos maravedies»¹⁶.

⁸ ANTT – *Processo de Vicente Nogueira, Cónego na Sé de Lisboa*, PT-TT-TSO-IL-28-4241, fl. 1 r.; 2 r.; 5 r.-13 v.; 18 v.; 27 r.

⁹ ANTT – *Processo de Vicente Nogueira...*, doc. cit., fl. 11 v.- 13 v.

¹⁰ Ainda persistiu com protestos e implorações... A resposta dada à última missiva, no dia 3 de junho de 1633, foi breve e seca: «Que vá embarcado neste navio». A 14 de julho, foi entregue a Agostinho Freire, mestre do navio chamado «Nossa Senhora dos Remédios» que o levaria para a ilha de S. Tomé. Ainda voltaria ao cárcere, porque a viagem só se iniciaria, de facto, a 28 de agosto de 1633 – ANTT – *Processo de Vicente Nogueira...*, doc. cit., fl. 166 v.; 171 r. - 172 r.

¹¹ «ma como quella mia infelicissima bibliotheca, che allora era la più scelta, mi fu confiscata, et il Re la tiene hoggi, nell'intessa sua galeria dei Cierco o Transmontano» – *Um Diálogo Epistolar...*, ob. cit., p. 71.

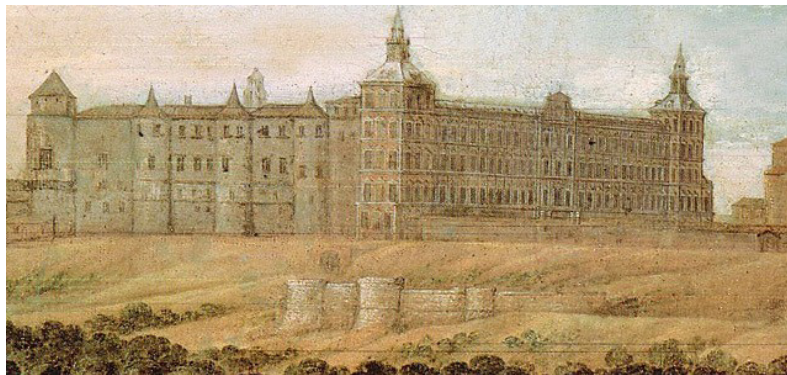
¹² BOUZA, Fernando – *El Libro y el cetro - La Biblioteca de Felipe IV en la Torre Alta del Alcázar de Madrid*, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura. Madrid, 2005, pp. 39; 49; BARBEITO, José Manuel – *El Alcázar de Madrid*, Madrid: COAM, 1992, pp. 3-4; 18.

¹³ *Um Diálogo Epistolar...*, ob. cit., p. 188.

¹⁴ ANTT, *Livro de receita e despesa geral do tesoureiro João Batista de Cordes*, PT/TT/TSO-IL/B/002/0088, fl. 211 v.; Embora a nota não esteja datada, vem na sequência de uma série de registos relativos a despesas havidas no ano de 1634. – ANTT, *Livro de receita e despesa geral do tesoureiro João Batista de Cordes...*, fl. 205 r.; 209 r.

¹⁵ BOUZA, Fernando – *El libro y el cetro...*, ob. cit., p. 146.

¹⁶ BOUZA, Fernando – *El Libro y el cetro...*, ob. cit., p. 53, nota 160.



O Alcázar de Madrid, por Félix Castelló (1595–1651) - Museo de Historia de Madrid

Sabia-se da enorme influência que Gaspar de Guzmán, conde-duque de Olivares, tinha na cúpula da estrutura inquisitorial. Para a escolha de D. Francisco de Castro – o último inquisidor geral nomeado pelos Áustrias, a 19 de janeiro de 1630 – teria sido decisivo o facto de ser irmão de D. Fernando Álvares de Castro, que então estava em Madrid, e que tinha proximidade com o conde duque¹⁷. No ano seguinte, Diogo Soares – mão direita de Olivares nos assuntos portugueses, cunhado e, mais tarde, genro do secretário Miguel de Vasconcelos e Brito¹⁸ – é nomeado secretário de estado do Conselho de Portugal e, em julho de 1632 – instituindo-se, para isso, um novo cargo na Inquisição portuguesa – é designado secretário da Inquisição de Portugal, em Madrid. Assim, o tribunal passava a comunicar, de uma forma direta e célere, com o rei e com o conde duque de Olivares¹⁹.

Por outro lado, D. Gaspar de Guzmán – direta ou indiretamente – conhecia D. Vicente Nogueira: duas das edições patrocinadas por este – as *Obras* de Francisco de Figueroa, em 1625²⁰, e *Guerra de Granada*, de Diego Hurtado

¹⁷ CODES, Ana Isabel – *Inquisición y política: El gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*. Lisboa, 2011, pp. 77-79.; BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, Círculo de Leitores. Lisboa, 1994, pp. 116-119.

¹⁸ CODES, Ana Isabel – *Inquisición y política...*, ob. cit., p. 129; MORAES, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, tomo IV, vol. 1, Porto, 1946, pp. 147-150.

¹⁹ MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, pp. 156-157; CODES, Ana Isabel – *Inquisición y política...*, ob. cit., pp. 220-221; 367; SCHAUB, Jean-Frédéric – *Diogo Soares ou l'union des couronnes*. «Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian», vol. XXXIV (2000), pp. 97-110.

²⁰ FIGUEROA, Francisco de – *Obras de Francisco de Figueroa, laureado Pindaro ... / publicadas por... Luis Tribaldos de Toledo...* En Lisboa: por Pedro Craesbeck...: a costa de Antonio Luis Mercader, 1625. 8º.



O conde-duque de Olivares, por Diego Velázquez (1634) - Museo do Prado, Madrid

de Mendoza, em 1627²¹ – foram da responsabilidade de Luís Tribaldos de Toledo, cronista-mor de Filipe IV e bibliotecário do conde de Olivares, como se escreve no frontispício destas duas obras. Com toda a certeza que o conde estava informado relativamente ao andamento do processo do cônego da Sé de Lisboa e à existência da biblioteca, a partir do verão de 1631 guardada nos arrumos da inquisição... Estes livros – como tantos outros – porque a D. Gaspar de Guzmán, por cédula de 1632, tinham sido dados todos os poderes para se «hacer dueno de cuantos papeles le interesasen»²² – seriam importantíssimos para o enriquecimento da nova biblioteca real, cujo período de apogeu tem clara

correspondência com a fase de maior atividade e influência do ministro, ou seja, de 1633 aos primeiros anos da década de 40²³.

Parece-nos muito consistente, por tudo isto – como aprofundaremos à frente –, esta hipótese de os livros de D. Vicente Nogueira, depois de levados para Madrid, terem sido incorporados – pelo menos grande parte deles – na livraria real, ou repartidos entre esta e a biblioteca particular do duque de Olivares, que estava noutras partições do mesmo palácio²⁴.

²¹ MENDOZA, Diego Hurtado de – *Guerra de Granada, hecha por el rei de España don Philippe II nuestro señor contra los moriscos de aquel reino, sus rebeldes: historia escrita en quatro libros / por don Diego de Mendoza...; publicada por... Luis Tribaldos de Toledo...; a don Vicente Noguera, Referendario de ambas Signaturas de su Santidad...* En Lisboa: por Giraldo de la Viña..., 1627. 4º; Esta edição de *Guerra de Granada* seria, com certeza, do interesse do Conde-Duque, porque, antes desta primeira impressão, possuía, na sua biblioteca, cinco exemplares manuscritos – ELLIOTT, John H.; PEÑA, José F. de la (eds.) – *Memoriales y cartas del Conde Duque de Olivares, vol. I: Política interior, 1621-1645*, Centro de estudos europa Hispánica y Marcial Pons Historia. Madrid, 2013, p. 409.

²² MARAÑÓN, G. – *La biblioteca del Conde-Duque*. «Boletín de la Real Academia de la Historia», tomo 107 (1935), p. 685.

²³ BOUZA, Fernando – *El Libro y el cetro...*, ob. cit., p. 146.

²⁴ Por um catálogo de 1642, teria 1115 exemplares – ANDRÉS, Gregorio de – *Historia de la biblioteca del Conde Duque de Olivares*. «Cuadernos bibliográficos». Madrid, 28 (1972), pp. 131-142; BOUZA, Fernando – *El libro y el cetro...*, ob. cit., p. 53; Por uma notícia do dia 25 de abril de 1643, sabe-se que – numa altura em que já não detinha a influência pretérita – se havia dado ordem para que tirasse de Alcazar o espólio pessoal, que seria levada para Loeches – BOUZA, Fernando – *El libro y el cetro...*, ob. cit., p. 146; MARAÑÓN, G. – *La biblioteca del Conde-Duque...* ob. cit., p. 678.

As vidas de um catálogo

No século XIX, o hispanista francês Alfred Morel-Fatio (1850-1924), pela primeira vez, deu notícia da existência do inventário da biblioteca confiscada a D. Vicente Nogueira, nos arquivos da Biblioteca Nacional de França – Portugais 51, Ancienne cote: suppl. Français, nº 5184²⁵. Nada sabemos das vicissitudes por que teria passado o documento... É uma cópia ultimada no dia 2 de fevereiro de 1878, constituída por 82 folhas que se dividem em duas partes:

A primeira – «Relação da livraria de Vicente Nogueira confiscado» – tem 2987 entradas e está subdividida em dez núcleos. Se os ordenarmos, por ordem decrescente, tendo em conta o número de entradas, teríamos a secção de «Historia», com 946; a de «Humanidades», com 510; a de «Canones e Leys», com 425; a de «Teologia», com 361; a eclética secção de «Mathematica, Architectura e Musica», com 294; a de «Philosophia», com 158; a de «livros pertencentes ao Spiritual», com 115; a de «Medicina», com 97; a de «Politica», com 70; e, finalmente, a «De Melicia», com 11. Aqui, os livros estão, quase sempre, apreçados.



A segunda parte – «Inventario particular dos livros defesos que se separarão de toda a livraria do conego

Vicente Nogueira confiscado» – tem 303 entradas, em que se referem cerca de 300 obras – desta vez sem preço – separadas e retidas²⁶.

Importa notar que, em algumas dessas entradas, regista-se um avultado número de volumes – que, no total, perfazem 1222 – de obras que D. Vicente havia patrocinado: 364 da «Guerra de Granada», de Diego Hurtado de Mendoza, em papel, para encadernar; 123 da *Hispanicae Historiae Breviarium* de Garcia de Silva e Figueiroa, em papel, para se encadernar; 639 volumes de *Obras* de Francisco de Figueroa, também em papel, e 96 volumes das *Obras* de

Garcí Lasso de la Veja, também em papel²⁷.

Tudo indica que o documento tenha sido feito, *ad hoc*, no contexto do segundo processo inquisitorial, em que se inventariaram e avaliaram os bens de Nogueira. Sabemos que o inventário geral dos bens foi feito em julho de 1631, como se deduz – na nota do já referido *Livro de receita e despesa geral do tesoureiro João Batista de Cordes* – do registo de 24783 reis, necessários para se pagar ao meirinho, aos avaliadores e a outras pessoas que assistiram ao inventário, cumprindo o mandato feito a 9 de julho de 1631²⁸.

Talvez sirva como sinal disso mesmo o facto de se acumularem erros, incoerências e inconsistências: são livros que – erradamente, como se declara – se registam em secções diferentes²⁹; é o critério – ou a falta dele... – que determina a distribuição dos livros pelas várias partições – veja-se, por exemplo, o facto de, na longuíssima secção de história, se acumularem gramáticas, se encontrar o *Libro de algebra en arithmetica y geometria* de Pedro Nunes³⁰, ou as comédias de Sá de Miranda³¹... –; são os erros e as gralhas que proliferam, provavelmente, pelo facto de as referências terem sido ditadas e registadas por pessoas mais ou menos instruídas. Além disso, são os eventuais lapsos que poderiam ter ocorrido aquando da cópia feita no século XIX.

Como resultado, o catálogo que chega até nós apresenta inúmeras dificuldades, na leitura e na identificação das obras: o registo das entradas é telegráfico; muitas vezes refere-se apenas o autor, ou apenas o título; noutras, refere-se o autor só pelo nome ou só pelo sobrenome, ou refere-se o editor como sendo o autor; às vezes, dos títulos, regista-se uma palavra só e nem sempre a mais significativa; só às vezes se refere a língua da edição; quase sempre a encadernação, «pergaminho», «pasta»...

Uma «biblioteca-museu»

É unânime o tal reconhecimento de D. Vicente Nogueira como um prematuro poliglota, leitor compulsivo, erudito, bibliófilo... Em 1614, com apenas 28 anos, possuía já uma excelente biblioteca. Em abril desse ano,

²⁷ *Relação da livraria de Vicente Nogueira confiscado* – BNE, Portugais 51 (Ancienne cote: suppl. Français, nº 5184), fl. 46 v.- 47 r.

²⁸ ANTT, *Livro de receita e despesa geral do tesoureiro João Batista de Cordes*..., doc. cit., fl. 184 r.

²⁹ «Vai nos humanistas e aqui, por erro» – *Relação da livraria de Vicente Nogueira confiscado*..., doc. cit., fl. 16 r.; «Este vay nos matemáticos e aqui, por erro» – *Relação da livraria de Vicente Nogueira confiscado*..., doc. cit., fl. 50 v.

³⁰ *Relação da livraria de Vicente Nogueira confiscado*..., doc. cit., fl. 40 v.

³¹ *Relação da livraria de Vicente Nogueira confiscado*..., doc. cit., fl. 44 r.

²⁵ MOREL-FATIO, Alfred – *Vicente Nogueira et son discours sur la langue et les auteurs d'Espagne*. «Zeitschrift für romanische philologie», III. Halle: Max Niemeyer, 1879, pp. 1-38.

²⁶ *Inventario particular dos livros defesos que se separarão de toda a livraria do Conego Vicente Nogueira, confiscado* – BNF, Portugais 51 (Ancienne cote: suppl. Français, nº 5184), fl.73 r.-82 r.

quando Don García de Silva y Figueroa, escolhido para liderar uma embaixada à Pérsia, iniciou a viagem, de Lisboa para Goa, D. Vicente – que mantinha com ele relações de amizade – ofereceu-lhe uma coleção de livros de história, que lhe possibilitaram, durante a travessia e a longa espera, escrever, em latim a *Hispanicae Historiae Breviarium*³², que concluiria em Goa, em junho de 1615, e que se viria a editar, em Lisboa, em 1628, com o patrocínio de D. Vicente³³. Isso se deduz daquilo que escreve na dedicatória «Ad illustrem et Generosum D. Don Vincentium Noguérám», em que se referem esses «plurimis libris ex tua divite biblioteca», entre os quais estavam os quatro tomos da *Hispaniae illustratae* – iniciada pelo jesuíta Andreas Schott – editados em Francfurt (1603-1608)³⁴.

E há sinais de um certo pioneirismo de D. Vicente no que diz respeito à teorização sobre bibliotecas. Ainda nos tempos em que vivia em Madrid, escreveu um pequeno tratado sobre a constituição, a organização, enfim, a arte de compor uma biblioteca. «...Muito estimarei – escreve D. Vasco Luís da Gama, em setembro de 1647 – que V. M. me queira mandar (se é que o tem) o tratado que me diz fez em Madrid sobre o como se há-de formar ãa livraria, assi por ser de V. M. como por mo gabar muito Fr. Francisco»³⁵. No dia 21 do mês seguinte, D. Vicente responderá: «O papel que fiz em Madrid era cousa bem ordenada, e como um relógio. Mas nem o tenho à mão, nem o tempo me deixou fazer se não este esboço, e inda às panderetas»³⁶. E explicita, na sequência, e com pormenor, como se deveria fazer a catalogação dos volumes. Em primeiro lugar, separar-se-iam os exemplares por línguas; depois, em cada língua, separar-se-iam por formatos – fólio, 4º, 8º, 16º... Seguidamente, começando pelo formato fólio, vão-se separando por áreas temáticas. Sete áreas temáticas, a saber: 1ª, Teologia; 2ª, Jurisprudência; 3ª, Medicina; 4ª, Filosofia; 5ª, Matemática, Geometria, Álgebra, Aritmética, Astronomia, Astrologia, Música, «não de cantar mas de compor»; livros de Arquitetura, Fortificações, Arte de navegar; 6ª, História; 7ª, Humanidades e antiguidades gregas e romanas. Os nomes devem-se registrar nas línguas em que estão; aos nomes, devem seguir-se os títulos³⁷...

³² SILVA Y FIGUEROA, García de – *Hispanicae Historiae Breviarium / autore illustrissimo, & generosissimo D. Don Gracia [sic] de Silva, & Figueiróa Philippi III. Hispaniarum Monarchae Cōsiliario, eiusque ad Xaã Abbã Persarum Regem Legato; nunc primum edit Antonius Furtado da Rocha*. Olyssipone: apud Emanuelem a Silva, [1628]. 8º.

³³ LOUREIRO, Rui Manuel; RESENDE, Vasco (Coord.) – *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, volume 4, CHAM. Lisboa, 2011, pp. 13; 45; 62; 214.

³⁴ «Perlegi tandem, vincenti amicorum máxime, in hac mea prolixíssima navigatione, omnes illos nostrarum rerum scriptores, quos in unum veluti fascem collectos Francofurtique editos, cum aliis plurimis libris ex tua divite biblioteca, proficiscenti mihi dono dedisti» – SILVA Y FIGUEROA, García de – *Hispanicae Historiae Breviarium*..., ob. cit., p. 1.

³⁵ *Um Diálogo Epistolar*..., ob. cit., p. 121.

³⁶ *Um Diálogo Epistolar*..., ob. cit., p. 134.

³⁷ *Um Diálogo Epistolar*..., ob. cit., pp. 132-134.

Pensamos que estes referidos tempos de Madrid seriam, *grosso modo*, os sete anos que decorreram entre 1619 e 1626. D. Vicente, depois de exercer, durante cinco anos, o cargo de Desembargador da Casa da Suplicação – de que tomou posse em 13 de março de 1613³⁸ – renunciou, por vontade própria, e decidiu ir, de novo, para Madrid, onde passara a sua adolescência e juventude – de 1598 a 1607, ano em que se matricula na Universidade de Coimbra – e onde vivia seu irmão, Paulo Afonso Nogueira.

Na já referida edição das *Obras* de Francisco de Figueroa, mais precisamente na dedicatória lavrada por Luis Tribaldos de Toledo – em Madrid 22 de agosto de 1625 – refere-se essa «resolución tan controvertida» que D. Vicente tomou, deixando tão ilustre função como era a de Desembargador na Suprema Suplicação dos reinos de Portugal. E fala de Nogueira, retirado, por vontade própria, no seu «rincón», como ele mesmo dizia, dedicado agora só às «letras e estudos superiores»³⁹.

Em 1626 está, de novo, em Lisboa. Numa carta escrita para Manuel Severim de Faria – a 6 de junho –, diz que, passados alguns dias, iria para o convento da Cartuxa, em Laveiras (Oeiras)⁴⁰. E nos fins de 1629, ou inícios de 1630 – e sabemos isso seguindo o mapa, tão esmiuçado no processo inquisitorial, dos relacionamentos amorosos de D. Vicente – deixará a cartuxa e virá para Lisboa, como cônego da Sé⁴¹.

Tudo indica que estes anos, em Madrid – como indicia Tribaldos de Toledo –, tenham sido de grande recolhimento e proveito intelectual. Sinal disso mesmo são os projetos editoriais que, por aqueles tempos, patrocinou: em 1625, as *Obras* de Francisco de Figueroa⁴²; em 1626, as *Obras* de Garci Lasso de la Vega⁴³; em 1627, *Guerra de Granada*⁴⁴, de Diego Hurtado de Mendoza, (1503-1575); em 1628, esta *Hispanicae Historiae Breviarium* de García de Silva y Figueroa⁴⁵...

³⁸ *Um Diálogo Epistolar*... ob. cit., p. 56; MACHADO, Barbosa – *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica*... Lisboa: na oficina de Ignacio Rodrigues, 1752, volume III, pp. 784-785.

³⁹ «pues hoy en ese rincón (así llamaba v.m. siempre a su museo en el tiempo que tanto forcejaba por meterse en él y romper los grillos que se lo impedían), cuando más retirado y en sus letras y virtudes más escondido, le honra Dios con darle la mayor estimación y crédito que jamás tuvo, aun cuando más lisonjeado se vía de la fortuna» – FIGUEROA, Francisco de – *Obras de Francisco de Figueroa, laureado Pindaro*..., ob. cit., Dedicatória.

⁴⁰ «Todavía, determino tornar-me daqui a dous ou três dias àquele paraíso de Laveiras, que tal o é se abstrairmos este inconveniente, tão impertinente e a mi tão fácil de remover, pelo Papa, pelo Cardeal Protector, pelo Geral da Grande Cartuxa, por todos três juntos...» – *Um Diálogo Epistolar*..., ob. cit. p. 64.

⁴¹ ANTT – *Processo de Vicente Nogueira*..., doc. cit., fl. 7 r.-8 r.

⁴² FIGUEROA, Francisco de – *Obras de Francisco de Figueroa*..., ob. cit.; Teve uma segunda edição logo no ano seguinte: FIGUEROA, Francisco de – *Obras de Francisco de Figueroa... / publicadas por... Luis Tribaldos de Toledo (Emendadas i mui añadidas en esta segunda edicion)*. En Lisboa: por Pedro Crasbeck..., 1626. 12º.

⁴³ VEJA, Garcilaso de la – *Obras de Garci Lasso de la Vega. Cuidadosamente revistas en esta ultima edicion por... Luis Brizeño de Cordova*. En Lisboa: por Pedro Crasbeck..., 1626.

⁴⁴ MENDOZA, Diego Hurtado de – *Guerra de Granada, hecha por el rei de España don Philippe II*..., ob. cit.

⁴⁵ SILVA Y FIGUEROA, García de – *Hispanicae Historiae Breviarium / autore illustrissimo, & generosissimo D. Don*

E Madrid reconheceu a genialidade, o estatuto intelectual do nobre português. Basta referir o poema que o grande Lope de Vega lhe dedica em *Laurel de Apolo* onde se escreve: «que libro se escrivio que no le viesse? Que ingenio florecio que non le honrase? En que lengua se habló que no supiesse? Qué ciencia se inventó que no alcançase?»⁴⁶.

É curioso notar que, por esses mesmos anos, Naudé escrevia o *Advis pour dresser une bibliothèque*⁴⁷ – obra que, note-se, não consta da biblioteca confiscada... – que editará, pela primeira vez, em 1627, quando tinha, precisamente, 27 anos. As vidas destes dois bibliófilos cruzar-se-ão em Roma, onde o francês estanciou, numa segunda incursão, de 1631 até 1641. Numa carta, de 26 de novembro de 1638, para o médico e filósofo italiano, Fortunio Liceti – amigo de Galileu, e que também dedicará uma das suas obras ao, como escreve, «eruditissimo amico» D. Vicente Nogueira⁴⁸ – Naudé refere-se, elogiosamente, ao português, indiciando ter havido entre eles uma mútua admiração⁴⁹. Recorde-se que, em 1638, D. Vicente Nogueira estava, apenas, há cerca de dois anos em Roma...

Mas parece-nos, pelos sinais atrás referidos, que o conhecimento dos trabalhos de Naudé e de outros – relativamente aos livros e às bibliotecas – não foi, para D. Vicente, neste trajeto, um fator decisivo. Tinha mais 14 anos que Naudé e este era um caminho que vinha, consistentemente, percorrendo. E faz questão de afirmar essa propriedade, essa maturidade. Veja-se, como exemplo, aquilo que diz – numa Carta de 10 de fevereiro de 1648 – a respeito de um dos catálogos que tinha feito para o Marquês de Niza: não se envergonharia, refere, que o dito fosse visto por Pierre Séguier, por Nicolas Rigault, por Pierre Dupuy, – ou Petrus Puteanus, filho de Claude Dupuy – ou pelo próprio Naudé:

Quanto ao mais eu me não envergonharia que o grão canceller Seguiet, os rigaltios, os puteanos, os naudeos a vejam, antes folgaria. E, por esta

Gracia [sic] de Silva, & Figueiróa Philippi III. Hispaniarum Monarchae Còsiliario, eiusque ad Xaà Abbàs Persarum Regem Legato; nunc primum edit Antonius Furtado da Rocha. Olyssippon: apud Emanuele a Silva, [depois de 1628]. 8º; Já em Lisboa, patrocinaria uma obra de Bento Gil – GIL, Bento – *Directorium advocatorum et de Privilegijs eorum / autore Benedicto Aegidio Lusitano Pacensi*. Olyssippon: Apud Petrum Craesbeeck, 1630. 4º.

⁴⁶ VEGA, Lope Felix de – *Laurel de Apolo, com otras rimas*. Madrid, Por Iuan Gonzalez, 1630, p. 26 v.

⁴⁷ NAUDÉ, Gabriel – *Advis pour dresser une bibliothèque*. Paris, François Targa, 1627, p. V.

⁴⁸ Foi o primeiro volume de «De Quaesitis per epistolas a claris viris» – LICETI, Fortunio – *De quaesitis per epistolas a claris viris responsa / Fortunii Liceti Genuensis in Bononiensi Archigymnasio philosophi eminentis amplissimo Bononiensis reipubl. senatui dicata*. Bononiae: Nicolai Tebaldini, 1640, prefácio; Nogueira teria visitado Fortunio Liceti, que foi para Bolonha, em 1637 – MOREL-FATIO, Alfred – *Vicente Noguera et son discours...*, ob. cit., p. 23, n. 3.

⁴⁹ «aulicosque supra morem aulae, singulari iudicio praestantes multumque literis humanioribus excultos Vincentium Nogeram et Donatum Lintellum (...) saluta». – MOREL-FATIO, Alfred – *Vicente Noguera et son discours...*, ob. cit., p. 23, n. 3.

*vaidade, suporrei trabalho que por meus pecados e por muito dinheiro não suportaria, escrevendo-o de mão própria, que é como se me arrancassem os poucos dentes que tenho*⁵⁰.

*

As já referidas imperfeições do catálogo que está na Biblioteca Nacional de França não impedem que fique clara a importância, a monumentalidade do espólio em causa. O *corpus* impressiona, em primeiro lugar, pela quantidade. Recorde-se que, nos finais do século XVI e inícios do século XVII, bastariam 400 ou 500 volumes para se constituir uma boa biblioteca privada. Eram raríssimas aquelas que tinham mais de 1000 volumes⁵¹. D. Vicente Nogueira, portanto, até 1631, tinha conseguido coligir um núcleo bibliográfico capaz de ombrear com as coleções dos mais célebres bibliófilos do seu tempo. Olhando para a primeira metade da centúria, no contexto da Península Ibérica – excetuando a monumental biblioteca de Diego Sarmiento Acuña, Conde de Gondomar, em cujo índice, de 1626, constam 6471 obras –, em nenhuma outra encontramos um número superior: o catálogo da já referida Biblioteca de Filipe IV, elaborado em 1637, não esquecendo que se tratava de uma biblioteca real – embora saibamos que não regista todas as obras que havia no palácio – é constituído por 1950 corpos⁵² verdadeiramente distintos, e a biblioteca do conde-duque de Olivares, em 1642, teria 1115⁵³...

E também é patente a seletividade do espólio. Importa recordar como, para Nogueira, esta era a condição *sine qua non* para a boa biblioteca... Esta questão, aliás, parece ser a única que motiva discordâncias e azedumes com D. Vasco Luís da Gama. Muitas vezes, o Marquês parece relativizar tanto esmero e tanta preocupação com o conteúdo dos livros. Como tantos outros grandes senhores daqueles tempos, o embaixador queria adornar-se com livros, constituir uma biblioteca própria – o que não quer dizer que a quisesse privada – como forma de manifestar e vincar o seu prestígio... Numa carta escrita em Paris, em 23 de agosto de 1647 – arrependendo-se de, há algum tempo atrás, não ter comprado a livraria de D. Fernando de Alvia – confessa que, antes das embaixadas, não

⁵⁰ *Um Diálogo Epistolar...*, ob. cit., pp. 153-154.

⁵¹ OLIVEIRA, António de – *A livraria de um canonista [Luís Correia] do século XVI*. «Revista da Universidade de Coimbra», 22 (1966) 5-21; FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – *Uma biblioteca ibérica?*, in *O livro antigo em Portugal e Espanha - séculos XVI-XVIII*, «Leituras: revista da Biblioteca Nacional», N.º 9-10, outono 2001 - primavera 2002, p. 130, nota 26.

⁵² BOUZA, Fernando – *El Libro y el cetro...*, ob. cit., p. 48.

⁵³ Veja-se o «IBSO - Inventarios y Bibliotecas del siglo de Oro». Disponível em <<https://www.bidiso.es/IBSO/ListarInventarios.do>>

dava grande valor aos livros e às bibliotecas, porque ainda não «tinha visto o mundo» e «andava com os olhos fechados». E vai confessando que comprava livros por «curiosidade», «sem saber línguas»⁵⁴ – da latina, sabia os *rudimenta*⁵⁵ e, na francesa, mostrava-se um leitor pouco dotado⁵⁶ – e sem, verdadeiramente, ter muito tempo para ler⁵⁷...

Nogueira, claro, tinha outra relação com os livros e outras ideias relativamente à natureza das bibliotecas. Não compreende, por isso, as compras apressadas, sem critério, considerando só o número de folhas ou o aparato das encadernações. Numa outra escrita em 4 de julho de 1649, isso fica particularmente claro:

*E se se me ageita comprar ãa famosa livreria de história avaliada em quinhentos cruzados, há V. S. de enriquecer a sua livreria, que possa estar ao par das melhores de Portugal, e inda de Roma. E se não na quantidade, pois as há de 30 e 40 mil escudos, mas si na qualidade, não havendo em tantos milhares nenhuns melhores que os bons de V. S. Que essa é a glória que tenho de prover-lhe tudo escolhido e selecto e oxalá não houvera V. S., antes e depois de conhecer-me, feito tantas compras apressadas, que eu lhe teria todos tão escolhidos ao tabuleiro, que quanto mais douto fosse quem na livreria entrasse, tanto mais tivesse de maravilhar-se, que para os ignorantes que têm só os olhos na encadernação ou ser de muitas ou poucas folhas, não é a livreria de V. S., nem eu quereria que o seja. E assi por isso como para ordenar-lha bem e fazer a V. S. o mais erudito e noticioso príncipe que tenha, não digo Portugal, mas Europa, me bastaria conversarmos um ano*⁵⁸...

E abespinha-se, nitidamente, quando sente que o Marquês, com o tal frenesi, relativizava os muitos conselhos que lhe enviava por cartas. No dia de 22 de novembro desse mesmo ano, escreve:

Eu (...) me determinei a queimar as pestanas em saber, trabalhando mais que quantos homens conheço ou por vista ou por história, sendo inda hoje o meu estudar dez horas cada dia, como a outros meia. E vendo ser para isso necessário livros, desde idade de 14, quando apenas sabia latim,

⁵⁴ *Um Diálogo epistolar...*, ob. cit., pp. 100; 113; 127.

⁵⁵ *Um Diálogo epistolar...*, ob. cit., p. 299.

⁵⁶ *Um Diálogo epistolar...*, ob. cit., p. 348.

⁵⁷ *Um Diálogo epistolar...*, ob. cit., pp. 446-447.

⁵⁸ *Um Diálogo Epistolar...*, ob. cit., p. 257.

*comecei a manejá-los com livreiros doutos, príncipes, comunidades. E com o muito estudo e lição (...) procurei vê-los, lê-los, e examiná-los, precedendo muito tempo e dinheiro gastado (mas a Deus graças não perdido) em perfeito conhecimento das três línguas do título da cruz, mães de todas as mães. E posso assegurar (debaixo do secreto natural, e fidalguia de V. S. que a toda a outra pessoa seria doudice, nem inda acená-lo) que não há homem que nestes cinquenta anos tanto haja lido. Porque deixado livros que por bons hei lido muitas vezes, há muitos que li ãa, muitos que a metade, muitos que um terço. E nenhum de quantos hei lido se me há passado sem ler dele tal parte que possa julgar, do siso juízo e fundo de seu autor, o que tudo V. S. verá*⁵⁹.

De facto, são constantes os sinais da leitura atenta e da escolha criteriosa e pressupomos que, com a sua própria biblioteca, tivesse tido igual esmero, igual seletividade...

*

É claro que os inventários possibilitam diferentes – o que não quer dizer inconciliáveis – abordagens. Uma delas, talvez a mais recorrente, é a de olharmos para estes documentos dando particular relevo ao possuidor da biblioteca: o inventário representa um espólio reunido por determinada pessoa, num determinado contexto civilizacional. O intuito é entender, pelos livros, o seu estatuto social, cultural, profissional, o seu perfil como leitor⁶⁰...

É um facto que o trajeto de D. Vicente releva bem o modelo de educação humanista, na primeira metade do século XVII⁶¹: o ambiente cortês, o lugar à formação privada, a frequência da universidade, a preferência pela vida clerical – como o próprio refere, propiciadora de um certo ócio que possibilitava leituras e congeminções intelectuais, por oposição ao bulício da vida pública e dos tribunais –, a valorização da aprendizagem das línguas – do hebraico, do caldeu e do árabe, para além do latim e do grego... E, em todo este quadro, tinha uma clara centralidade a «cultura do livro», a posse e o uso do livro. Por

⁵⁹ *Um Diálogo Epistolar...*, ob. cit., p. 299.

⁶⁰ INFANTES, Víctor – *Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas...*, ob. cit., p. 286; Gregorio Marañón, por exemplo, ao estudar a biblioteca do conde duque de Olivares, fala da importância do espólio para o «conocimiento psicológico» do conde... – MARAÑÓN, Gregorio – *La biblioteca del Conde-Duque...*, ob. cit., p. 677.

⁶¹ CURTO, Diogo Ramada – *A história do livro em Portugal: uma agenda em aberto*. In *O livro antigo em Portugal e Espanha – séculos XVI-XVIII*. «Leituras: revista da Biblioteca Nacional», N.º 9-10, outono 2001 – primavera 2002, pp. 29-31.

este prisma, a biblioteca de Nogueira pode ser estudada como uma forma de autorrepresentação, uma manifestação de modelos de organização social e de visões particulares do mundo e da existência humana.

Por outro lado, poderemos olhar para estes documentos como outras formas de entender, na sua globalidade, determinado contexto cultural, social, económico⁶². E, neste sentido, o que nos parece mais vigoroso – estudando o catálogo e conhecendo parte da epistolografia de Nogueira – é este frenesi enciclopédico, este propósito de, na sua biblioteca, acolher e ordenar tudo aquilo que, nas ciências e nas artes, se havia criado. Neste sentido, este espólio é um argumento fortíssimo para elucidar aquilo que já se mostrou relativamente ao vigor que o enciclopedismo – ideia concebida pelos latinos e que sofreu uma larga e lenta evolução – ganhou, na última metade do século XVI e primeira metade do século XVII. Pelos trabalhos de Cesare Vasoli, por exemplo, relativamente ao século XVII, fica bem manifesta essa «profunda vocação enciclopédica» enraizada em tantos ambientes culturais daquele tempo e a sua relação com o nascimento da ciência moderna: o busca da unidade, a ideia da construção enciclopédica de um «saber universal» e, também, a consciência de um dever educativo e filantrópico do saber⁶³. Nogueira, leitor compulsivo, amante de livros e de bibliotecas, feita uma reflexão sobre toda a tradição histórica e cultural, alimenta esta ambição de organizar, expor – e determinar, de certa forma... – as práticas de circulação desses saberes.

Na sua perspetiva, no que às bibliotecas dizia respeito, tudo devia começar com os clássicos. Sem os clássicos fica «muito manca a biblioteca»⁶⁴, disse ele, um dia, para o marquês, fazendo até questão de, a este respeito, referir uma passagem anedótica:

... não suceda a vergonha que sucedeu esta semana aos doutíssimos bibliotecários de Barberino, que estando mostrando aquelas douzadas a uns fidalgos tudescos muito doutos, veio o discurso a haver necessidade de verem um lugar de Fabio Quintiliano, autor que não havia na tal biblioteca, com que ficaram os tudescos rindo-se, e vermelhos meus companheiros, sendo livro tão clássico na retórica latina, como Cícero⁶⁵.

Depois, tratava-se de reunir, ali, os grandes autores – antigos e modernos –

⁶² INFANTES, Víctor – *Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas...*, ob. cit., p. 286.

⁶³ VASOLI, Cesare – *L'Enciclopedismo del Seicento*, In appendice «Comenio e la Tradizione enciclopédica del suo tempo», Memorie dell'Istituto Italiano per gli Studi Filosofici 29. Napoli: Bibliopolis, 2005, p. 92.

⁶⁴ *Um Diálogo Epistolar...* ob. cit., p. 159.

⁶⁵ *Um Diálogo Epistolar...* ob. cit., p. 159.

de todas as áreas, de todas as ciências e de todas as artes... Privilegiar as melhores edições, as melhores traduções, os mais conceituados comentários... Não excluir assunto algum: consagrar o ortodoxo e o heterodoxo; o espiritual e o mundano; as grandes filosofias, mas também os saberes mecânicos e prosaicos, como bem elucida a presença de tratados sobre duelos⁶⁶, sobre a destilação de licores⁶⁷, ou sobre a arte de fazer falar os mudos⁶⁸...

Compreendendo bem a natureza e as especificidades desta biblioteca de Nogueira é entendível o facto de – tendo nós como seguro que este espólio foi levado para o Alcázar Real – muitos destes livros terem sido prescindidos, aquando da formação da biblioteca de Filipe IV de Espanha. Foi uma empreitada nova, esta, porque poucos livros haviam ficado, das bibliotecas de Filipe II e Filipe III. O espólio do rei prudente tinha sido entregue a San Lorenzo de El Escorial, e os livros de Filipe III foram para Madrid, para o Convento de San Gil, dos Franciscanos descalços⁶⁹. Como se deduz da leitura do *Índice de los libros que tiene Su Majestade en la Torre Alta deste Alcázar de Madrid*, lavrado por Francisco Rioja⁷⁰, o número total de obras que estariam na Torre Alta ascendia a 2249 volumes. O índice propriamente dito – que não regista a totalidade delas – tem 1995 entradas. Descontando as 45 obras duplicadas, contabilizam-se, efetivamente, 1950 entradas verdadeiramente distintas⁷¹.

Longe daquela «utopia de saber universal» – queria-se constituir uma biblioteca particular, um espólio, de carácter utilitário, que servisse o propósito de formar – e também recrear – o jovem rei⁷². Por isso, se privilegiam os livros de história e de poesia – que constituem cerca de metade do espólio –, se prescinde dos livros de teologia⁷³ e daqueles que estavam em grego e latim, porque esta é uma biblioteca de línguas vulgares – as obras dos clássicos são sempre traduzidas e os exemplares em grego e latim foram levados para outra dependência da Torre Alta⁷⁴...

⁶⁶ [rv.] BROCHERO, Luis – *Discurso del Duelo y Desafios en que principalmente se trata si los luezes y Governadores pueden ser desafiados... / a author el Licenciado Don Luys Brochero, abogado*. [S.l.]: [s.e.], [s.a.]. 4º; *Relação da livraria de Vicente Nogueira confiscado*, doc. cit., fl. 68 v.

⁶⁷ SANTIAGO, Diego de – *Arte, separatoria y modo de apartar todos los licores, que se sacan por via de destilacion para que las medicinas obren con mayor virtud, y presteza / c'opuesta por Diego de Santiago* [...]. En Seuilla: por Francisco Pérez, 1598 (por Rodrigo Cabrera). 8º; *Relação da livraria de Vicente Nogueira confiscado...*, doc. cit., fl. 43 r.

⁶⁸ BONET, Juan Pablo – *Reduccion de las letras y arte para enseñar a ablar los mudos / por Iuan Pablo Bonet...* En Madrid: por Francisco Abarca de Angulo, 1620. 4º; *Relação da livraria de Vicente Nogueira confiscado...*, doc. cit., fl. 69 r.

⁶⁹ BOUZA, Fernando – *El Libro y el cetro...*, ob. cit., p. 58.

⁷⁰ O mesmo Rioja já tinha feito um outro índice – que não chegou até nós –, precisamente em 1634 – BOUZA, Fernando – *El libro y el cetro...*, ob. cit., p. 42.

⁷¹ BOUZA, Fernando – *El Libro y el cetro...*, ob. cit., p. 47-48.

⁷² BOUZA, Fernando – *El Libro y el cetro...*, ob. cit., pp. 14-16.

⁷³ BOUZA, Fernando – *El Libro y el cetro...*, ob. cit., p. 30.

⁷⁴ BOUZA, Fernando – *El Libro y el cetro...*, ob. cit., pp. 16; 30; 42-43; 62-63.

Mas estas particulares características da biblioteca real em nada invalidam a hipótese que levantámos, de muitos dos seus exemplares terem pertencido ao cônego da Sé de Lisboa: Veja-se a escassa antiguidade dos impressos – no estudo do professor Fernando Bouza, considerando apenas os exemplares que se conseguiram localizar, a partir das datas de impressão, constata-se que um terço foi impresso depois de 1605, e metade deles impressa depois de 1587⁷⁵; veja-se a presença, tão significativa, de volumes escritos em português – a língua vulgar mais representada, depois do castelhano e do italiano⁷⁶ –, principalmente na secção de história e de literatura; veja-se, o que é mais relevante ainda, o número tão considerável de obras que constam nas duas bibliotecas... Se olharmos, como mero exercício, para o caso destas obras escritas em língua portuguesa, podemos verificar que D. Vicente Nogueira possuía 49 obras desse núcleo, de 84, que faziam parte da biblioteca real⁷⁷.

Parece-nos pertinente recordar, neste contexto, a proposta de categorização que o professor Victor Infantes fez – quando falava, precisamente, da importância dos catálogos para o conhecimento destas «estruturas livrarias» – distinguindo «bibliotecas práticas», «bibliotecas profissionais» – o que acontece frequentemente, com espólios de livros de medicina, de música, por exemplo –, «bibliotecas patrimoniais» – onde o livro adquire a conotação de «bem sumptuário» e é colecionado como se colecionam outros bem artísticos – e, por último, «bibliotecas museu», em que o livro representa um expoente de riqueza, uma manifestação de luxo⁷⁸. E parece-nos feliz esta expressão de «biblioteca museu» para caracterizar esta riquíssima biblioteca de Vicente Nogueira: é a amplitude, a universalidade, o requinte, a seletividade, a intenção de se patentear aquilo que se considerava ilustre, útil, atual para a formação do cidadão... Movido pela «utopia do saber universal», parece querer concretizar, com estes livros, uma espécie de projeto cultural: criar um espaço de liberdade intelectual onde se pudesse constituir e exercitar um verdadeiro espírito crítico.

Os censurados

A análise do «Inventario particular dos livros defezos» – para além de reforçar a ideia da monumentalidade e seletividade da biblioteca – testemunha e matiza bem a amplitude, a severidade – e também a arbitrariedade – que caracterizava o exercício inquisitório de então. Importa recordar como os procedimentos

⁷⁵ BOUZA, Fernando – *El libro y el cetro...*, ob. cit., p. 62.

⁷⁶ BOUZA, Fernando – *El libro y el cetro...*, ob. cit., pp. 64; 585

⁷⁷ BOUZA, Fernando – *El libro y el cetro...*, ob. cit., p. 585

⁷⁸ INFANTES, Víctor – *Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas...*, ob. cit. pp. 281-292.

inquisitoriais, em Portugal, se aprimoraram durante o governo de D. Fernão Martins Mascarenhas (1615-1628)... Em 1624 publica-se um novo Index – o *Index Auctorum damnatae memoriae* – organizado pelo jesuíta Baltazar Álvares, que vigorará até 1768⁷⁹. Embora as catalogações pouco contribuam para o desejado rigor, alguém o denominou «livro de ouro da censura portuguesa»⁸⁰, precisamente pela monumentalidade repressiva que instituiu, indo, em tantas páginas, muito para além do índice romano⁸¹. Sinal disso mesmo é o facto de – como já se mostrou – ter sido um ponto de referência aquando da elaboração do índice espanhol de 1632⁸². Essas pinceladas rigoristas atravessam-no do princípio ao fim. Sinal disso mesmo – e difícil seria arranjar-se melhor prova... – é o facto de os delegados portugueses no concílio tridentino e os anteriores censores serem, agora, listados, como é o caso de Diogo Paiva de Andrade, Francisco Foreiro, Jerónimo de Azambuja⁸³...

Esta listagem de obras censuradas a D. Vicente Nogueira, portanto, ganha uma relevância particular pelo facto de ter sido laborada num período em que o sistema de censura, em Portugal – agora com plena maturidade –, atingia o zénite rigorista. Por isso, olhámos com atenção para este espólio de intolerados, com o intuito de perceber a razão, a conformidade e a coerência do exercício censório.

E é fácil de constatar que uma das motivações da censura – aqui, talvez a mais vigorosa... – teve a ver com a questão das línguas... Queremos dizer, a desconfiança, antiga, que o tribunal tinha para com as línguas vernáculas. Recordemos o garbo com que – na já referida carta para Jacque-Auguste De Thou, escrita em 28 de setembro de 1615 –, D. Vicente Nogueira conta com, com apenas doze anos, o rei Filipe III de Espanha o introduziu na sua Corte e do gosto que, deste então, mostrou pelo estudo e, em particular, pelas «letras humanas». Sabia latim, grego e hebreu tão bem como o português, o espanhol, italiano e francês muito bem, algum caldeu e árabe, e um pouco de alemão... E fala da predileção pelos «ofícios literários» que o levou a fazer-se «clérigo» para «se

⁷⁹ MARTINS, Maria Teresa Payan – *O Índice Inquisitorial de 1624 à luz de novos documentos*. «CULTURA - Revista de história e Teoria das ideias», vol. 28, 2011, p. 68.

⁸⁰ RODRIGUES, Graça Almeida – *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 26.

⁸¹ RÉGO, Raul – *Os Índices expurgatórios e a Cultura Portuguesa*. «Biblioteca Breve – série pensamento e ciência», vol. 61, ICLP/ Ministério da Educação e das Universidades, 1982, p. 95; MARTINS, Maria Teresa Payan – *O Índice Inquisitorial de 1624...*, ob. cit., p. 72; MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa...*, ob. cit., p. 150.

⁸² BUJANDA, Jesús Martínéz de – *El índice de libros prohibidos y expurgados de la Inquisición española (1551-1819)*, Biblioteca de autores cristianos. Madrid, 2016, pp. 117-118.

⁸³ RÉGO, Raul – *Os Índices expurgatórios e a Cultura Portuguesa...*, ob. cit., pp. 97-98; MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A censura literária em Portugal...*, ob. cit., p. 176.

dar com mais quietude às letras»⁸⁴. A biblioteca de que falamos era, portanto, de um erudito, um bibliófilo, um versado poliglota que teria imensas dificuldades em cumprir o que o tribunal do santo ofício português – no que dizia respeito a livros e a leituras... – vinha estipulando, desde o índice manuscrito de 1547⁸⁵.

Não admira, por isso, que, para além de muitas versões bíblicas – greco-latinas⁸⁶, hebraico-latinas⁸⁷, hebraico-caldaico-greco-latinas⁸⁸ –, se acumulem outros livros, em hebraico, que «mostram ser», ou que «pareciam ser» da escritura sagrada⁸⁹, «cartapácios (...) que serviam de aprender a lingua hebraica, ou arabica»⁹⁰, muitas gramáticas..., de turco⁹¹, de caldeu⁹²...

Relativamente aos textos bíblicos – para além da imposição da vulgata, agora na nova versão de Clemente VIII, a *Vulgata Clementina* –, pretendia-se evitar os perigos que essas versões vernáculas poderiam representar. E estes rigores inquisitoriais há muito motivavam contestações de destacados representantes da sociedade civil e da hierarquia da igreja⁹³, incitadas pelo facto de a inquisição romana, a este respeito, na regra 4, ser bem mais moderada, concedendo o estatuto de exceção, e permitindo a possibilidade de se conceder licença àqueles que provassem a necessidade de possuírem, em vulgar, edições da Bíblia. E o catálogo de que falamos prova bem a existência de uma minoria, de uma alta estirpe, que conseguia, clandestinamente, contornar as exigências. São sinal disso, precisamente, os dois livros, em hebraico – um deles com textos do velho testamento – que pertenciam à livraria de Santa Cruz de Coimbra e que D. Vicente tinha, emprestados⁹⁴. E, ainda, veja-se, uma «biblia em lingoa spanhola que o thez.º do fisco entregou, por ordem do Ilustrissimo Senhor Bispo Inquisidor Geral, a Dom Miguel de Castro, por constar que era sua e a tinha prestada ao Conego Vicente Nogueira», como se regista, precisamente, na

⁸⁴ *Um Diálogo Epistolar...* ob. cit., p. 56.

⁸⁵ BUJANDA, J. M. De (ed.) – *Index de l'inquisition portugaise: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*, Centre d'Études de la Renaissance, Éd. de l'Université de Sherbrooke: Librairie Droz, Sherbrooke, 1995; MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A censura literária em Portugal...*, ob. cit., pp. 173-185.

⁸⁶ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 78 r.

⁸⁷ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 82 r.

⁸⁸ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 82 r.

⁸⁹ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., pp. 75 v.; 78 v.

⁹⁰ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 75 v.

⁹¹ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 74 v.

⁹² *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., pp. 75 v.; 81 v.

⁹³ Frei Valentim da Luz (1524-1562), por exemplo, frade Agostiniano, mestre de noviços no Convento da Graça, em Lisboa, Prior do Convento da Graça de Tavira, foi denunciado por luteranismo, por defender que as sagradas escrituras deviam estar em língua vernácula... – MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A censura literária em Portugal...*, ob. cit., pp. 177-178.

⁹⁴ «Hum livro em hebraico, de taboas, que mostra ser dos primeiros livros do testamento velho e, no princípio, declara o conego D. Vicente Nogueira haver se lhe dado por préstimo da livraria de Santa Cruz de Coimbra»; «Hum livro hebraico que o conego Vicente Nogueira declarou haver recebido, prestado, da livraria de Santa Cruz de Coimbra, e manda se lhe torne» – *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 75 v.

última entrada do catálogo⁹⁵... Tudo indica que este D. Miguel de Castro fosse, precisamente, o deputado do Conselho Geral do Santo Ofício, bispo de Viseu a partir de 1633, filho do 2º Conde de Basto, D. Diogo de Castro, sobrinho, em segundo grau, do homónimo D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa e vice-rei, que havia falecido em 1625⁹⁶...

E não seria difícil – conhecendo as «regras» e as «linhas» dos índices – continuar a relevar as outras razões que levaram ao expurgo de tantas outras obras, como – começando pelas «Humanidades», tão bem representadas... – a «Comédia Euphrosina» de Jorge Ferreira de Vasconcelos⁹⁷, a *Celestina* de Fernando de Rojas⁹⁸, o *Carcel de Amor*, de Diego de San Pedro⁹⁹, as muitas obras de Erasmo – a palavra «Erasmo» aparece cerca de oitenta vezes neste catálogo... Mas também, olhando para outras partições da Biblioteca, o «Almanach perpetuu[m]» de Samuel Zacut¹⁰⁰ as *Exercitationes animi in Deum* de Luís Vives¹⁰¹, as *Centuriae* de Amato Lusitano¹⁰², a *Historiarum sui temporis* de Jacques-Auguste de Thou¹⁰³, as muitas obras de Girolamo Cardano¹⁰⁴...

Queríamos, no entanto, evitar este exercício – que consistiria, de certa forma, em patentear o óbvio... – e achamos mais pertinente centrarmos a nossa atenção nos casos em que o arresto é mais difícil de entender. De facto, em determinados momentos, a decisão censória torna-se surpreendente, por ir muito para além daquilo que se esperaria, olhando para o índice romano, olhando para o já rigorosíssimo índice português de 1624 e até – em alguns casos – para o índice espanhol de 1632...

Salientaríamos, aqui, três obras que – pelas suas particularidades... – são, disso, exemplos significativos.

⁹⁵ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 82 r.

⁹⁶ CODES, Ana Isabel – *Familia y parentesco en la Inquisición portuguesa: el caso del Consejo General (1569-1821)*. In LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel; OLIVAL, Fernanda; FIGUEIRÓA-RÊGO, João (edit.), *Honra e sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares (séculos XVI-XIX)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2013, pp. 129-154; CODES, Ana Isabel López-Salazar – *Inquisición y política: El gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*. Lisboa, 2011, pp. 16; 134; 151; FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias – *Ministros do Conselho Geral do Santo Ofício*. «Memória», n.º 1 (1989): pp. 101-163.

⁹⁷ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 76 r.

⁹⁸ *Index auctorum damnatae memoriae...*, ob. cit., p. 108; *Relação da livraria de Vicente Nogueira...*, doc. cit., pp. 43 v.; 77 v.; *Index auctorum damnatae memoriae...*, ob. cit., p. 108.; Em Espanha, é censurada, pela primeira vez, no índice de 1632 – BUJANDA, Jesús Martín de – *El índice de libros prohibidos y expurgados de la Inquisición española (1551-1819)*, Biblioteca de autores cristianos. Madrid, 2016., pp. 120; 958.

⁹⁹ *Index auctorum damnatae memoriae...*, ob. cit., p. 105.

¹⁰⁰ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 81 r.

¹⁰¹ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 77 v.

¹⁰² *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 75 v.

¹⁰³ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., p. 82 r.

¹⁰⁴ *Inventario particular dos livros defesos...*, doc. cit., pp. 73 v.; 74 r.; 76 r.; 77 r.; 78 r.; 80 r.; 81 r.

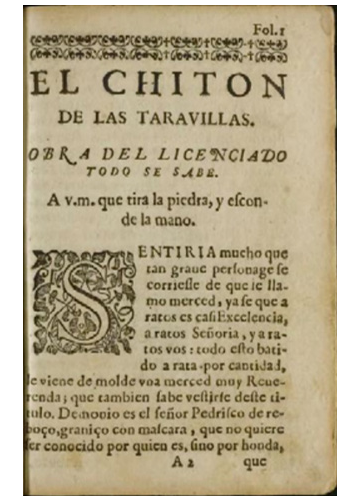


As *Relaciones* de Antonio Pérez¹⁰⁵. Secretário de estado de Filipe II de Espanha desde 1567, temperamental e conflituoso, Pérez teria planeado o assassinato de Juan de Escobedo, secretário de Juan de Áustria, e revelado segredos de estado. Nessa sequência, entrou em conflito com o rei. Foi preso em 1585 e condenado a dois anos de prisão e a dez de desterro. Em 1590 fugiu para Aragão, terra de seus pais. Nesse mesmo ano, foi condenado a pena de morte. Em sua defesa, escreveu um amplo memorial cujas cópias, manuscritas, circulavam por Castela e Aragão. O processo continuou, sinuoso, e o ex-secretário de estado foi sustentando a sua defesa misturando, habilmente, o caso particular com as pretensões autonómicas de Aragão. Acusado de blasfema e heresia, o processo foi entregue ao

tribunal da inquisição e Perez foi, de novo, preso em 1591. Ainda conseguiria fugir, pedindo proteção em França e Inglaterra, onde esteve até ao verão de 1595, encontrando-se, aí, com o português D. António, Prior do Crato, pretendente ao trono de Portugal, também ele exilado, também ele «peregrino». A versão definitiva da obra foi editada em Paris, em 1598, agora com a autoria reivindicada¹⁰⁶. A tática defensiva de António Perez – bom contributo para a «lenda negra» contra o monarca espanhol... – esteve sempre baseada num ataque à figura de Filipe II: teria sido o rei a ordenar o assassinato de Escobedo; o monarca teria pouca nobreza de carácter, seria ingrato, cruel, tirânico¹⁰⁷...

El chitón de las tarabillas foi uma obra anónima da autoria de, como tudo indica, Francisco Gómez de Quevedo y Villegas (1580-1645)¹⁰⁸. O período em que teria sido elaborada – segundo vários, entre agosto de 1629 e os primeiros meses de 1630 – mostra bem a atualidade do espólio de Nogueira¹⁰⁹. Lope de Veja disse ser, este, «lo más satírico y venenoso que se ha visto desde el principio del mundo»¹¹⁰. Numa altura em que o conde-duque de Olivares via maculados os anteriores índices de popularidade, este escrito de Quevedo – com a aparente intenção apologética e laudatória – manifesta veladas críticas à política financeira do valido. O conde-duque logo percebeu que aquilo que estava pressuposto e implícito não vinha em seu favor... E depois era a forma como se tratava a memória dos monarcas precedentes: de facto, com a vontade de ilibar Filipe IV de erros governamentais, distribuem-se culpas várias pelos reis antecessores, começando pelo imperador Carlos V. Embora Filipe IV seja o menos alvejado, não se deixa de censurar a corrupção que o seu governo tinha, entranhada¹¹¹.

A retenção do exemplar da biblioteca de D. Vicente Nogueira, pressupunha, claro, o conhecimento destes enredos e da consequente censura deste livreto, pela inquisição espanhola, pela primeira vez, em 1632¹¹², quando já decorria o segundo processo inquisitorial de Vicente Nogueira, preso desde junho de 1631.



¹⁰⁵ PÉREZ, Antonio – *Relaciones de Antonio Perez secretario de estado, que fue, del Rey de Espana Don Phelippe II deste nombre...*, ([G. Robinot?], Paris 1598); *Novus Librorum Prohibitorum et Expurgatorum Index pro Catholicis Hispaniarum Regnis, Philippi IIII...*, ob. cit., p. 65.; BUJANDA, Jesús Martínez de – *El índice de libros prohibidos y expurgados de la Inquisición española...*, ob. cit., p. 883.

¹⁰⁶ BRAVO, Paloma – *Las relaciones de Antonio Pérez, um texto em Movimento*. In Atas do Congresso internacional Felipe II (1598-1998), *Europa dividida, la monarquía católica de Felipe II*, Universidad Autónoma de Madrid, 20-23 abril 1998. Dir. de José Martínez. Millán, Vol. 4, p. 11.

¹⁰⁷ NAVARRETE, M. Fernández de (comp.) – *Documentos relativos a Antonio Pérez*. In *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, vol. XII. Madrid, Viuda de Calero, 1848; *Legitimación de Antonio Pérez. Relación sumaria del discurso de las prisiones de Antonio Pérez. Breve noticia de Gonzalo Pérez*. In *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, vol. XIII. Madrid, Viuda de Calero, 1848; LANDEIRA, M. – *Extractos de documentos originales sobre Antonio Pérez*. In *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, vol. XV. Madrid, Imprenta Viuda de Calero, 1850; ESCUDERO, José Antonio – *Felipe II. El rey en el despacho*. «Boletín Oficial del Estado/ Real Academia de Jurisprudencia y Legislación de España». Madrid, 2019, pp. 216-233.

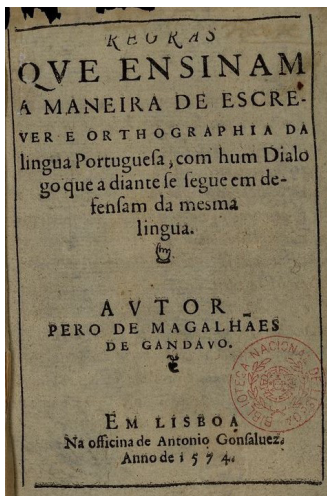
¹⁰⁸ ¿Quevedo?, *El chitón de las tarabillas*. In LÓPEZ-VÁZQUEZ, Alfredo Rodríguez (Estudio Introductorio y edición), Universidad de A Coruña, Lemir 24 (2020) – Textos, p. 402.

¹⁰⁹ ¿Quevedo?, *El chitón de las tarabillas...*, ob. cit., p. 418.

¹¹⁰ VEJA, Lope de – *Obras Completas, Prosa, III. Epistolario I (1604-1633)*, Biblioteca Castro, Fund. Jose Antonio de Castro, 2008, p. 561.

¹¹¹ GARCÍA DE PASO, José Isidoro – *El problema del vellón en El chitón de las tarabillas*. «La Perinola: Revista de investigación quevediana», nº 6, 2002, pp. 323-362.

¹¹² *Novus Index Librorum Prohibitorum et Expurgatorum...*, ob. cit., p. 234; BUJANDA, Jesús Martínez de – *El índice de libros prohibidos y expurgados de la Inquisición española...*, ob. cit., p. 923.



Maior admiração ainda desperta o expurgo da obra intitulada *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa* de Pero de Magalhães de Gândavo – ou Gandavo, segundo outros –, de 1574, que se pode considerar o primeiro tratado ortográfico propriamente dito da língua portuguesa e aquele que mais êxito editorial teve, até ao século XVIII¹¹³.

De facto, nele, não se consegue encontrar coisa alguma que possa ir contra a fé, contra a moral... Para além de muitas questões ortográficas, fonéticas, nos fólhos 21r-36v, aparece «HVM Dialogo em defensão da lingua Portuguesa, sobre a qual tem disputa hum Portugues com hum Castelhana, onde por se tratar desta materia vsa cada hum de

sua linguagem na maneira seguinte». Os nomes dos oponentes – que não são despidos de sentido: o português chama-se Petrônio e o espanhol Falêncio – são um sinal do teor dos diálogos. O discurso, com o declarado contraponto, pretende ser uma apologia da língua portuguesa com um cunho patriótico e nacionalista. O idioma espanhol, claro, é visto como uma ameaça, um perigo....

*

Naturalmente, para o entendimento deste exercício censório teremos de compreender o contexto vivido pelo país e pela estrutura inquisitorial. Como já bem se mostrou, a relação do tribunal com a coroa – no tempo dos filipes – foi sempre tensa, contenciosa: foram as constantes tentativas de reforma, muitas vezes tendo o tribunal espanhol como referência; as dissensões provocadas pelos privilégios concedidos ou requeridos pelos cristãos-novos; as exigências relativas às receitas... E as pressões acentuaram-se no tempo de Filipe IV de Espanha que, apesar de não conseguir alterar o modo de proceder no tocante às causas da fé, conseguiu ter – como atrás vimos – uma enorme influência na cúpula inquisitorial¹¹⁴. Num tempo em que, em Portugal, se evidenciavam as

¹¹³ *Inventario particular dos livros defezos...*, doc. cit., p. 75 v.; GANDAVO, Pero de Magalhães de – *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa: com hum Dialogo que a diante se segue em defensão da mesma lingua*. Lisboa: Antonio Gonsalves, 1574; AA. VV. – *As Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo* – Estudo introdutório e edição. Coleção «Ortógrafos Portugueses 1», Centro de Estudos em Letras / UTAD, Vila Real, 2019.

¹¹⁴ COELHO, António Borges – *Política, Dinheiro e Fé: Cristãos-Novos e Judeus Portugueses no Tempo dos Filipes*.

incomodidades, as contestações, os motins, e em que se tornou mais vinculada a vontade política de controlar e centralizar¹¹⁵, o tribunal português não evitou a sujeição e o comprometimento com os interesses da coroa. Proibindo, expurgando, tendo até o índice espanhol como cartilha, esteve ao serviço do controlo social, ao serviço da preservação do *status quo*... Este «Inventario particular dos livros defezos que se separarão de toda a livreria do conego Vicente Nogueira» testemunha bem estes tempos e estas vontades...

Na falta de maior clareza, não conseguimos arrear a hipótese de a referida obra de Gândavo – escrita em 1574, dedicada ao jovem rei D. Sebastião, com a vontade de dignificar, de superiorizar, até, a língua portuguesa relativamente à castelhana – ao contrário de Bartolomeu Ferreira que, nesse ano de 1574, viu tudo aquilo como «lícito e proveitoso», não encontrando nada «contra a fee e bons costumes» – fosse vista, agora, pelos zelosos inquisidores, como tendo sementes de insurreição que, neste contexto, convinha reter...

Artigo recebido em 02/10/2022

Artigo aceite para publicação em 11/11/2022

«CADERNOS DE ESTUDOS SEFARDITAS», 1 (2001), pp. 101-130; MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *Resistência Sefardita ao Santo Ofício no Período Filipino*. «CADERNOS DE ESTUDOS SEFARDITAS», 2 (2002), pp. 47-58; CODES, Ana Isabel – *Che si riduca al modo di procedere di Castiglia. El debate sobre el procedimiento inquisitorial português en tempos de los Austrias*. «Hispania Sacra», vol. LIX, nº 119 (2007), pp. 243-268; PULIDO SERRANO, Juan Ignacio – *Os Judeus e a Inquisição no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2007; CODES, Ana Isabel – *O Santo Ofício no tempo dos Filipes: transformações institucionais e relações de poder*. «Revista de História da Sociedade e da Cultura», 9, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 160-161.

¹¹⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal – Volume IV – Governo dos reis espanhóis (1580-1640)*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, pp. 114-124.